



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ATA

**201ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 19 de Dezembro de 2013

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 201ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 19 de Dezembro de 2013.

LOCAL: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F,
Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo

MPS – Leonardo Jose Rolim

Representações dos Aposentados e Pensionistas

SINTAPI/CUT – Mário Sérgio Rodrigues da Conceição

COBAP – Luiz Adalberto da Silva

Representações dos trabalhadores em atividade

Força Sindical – Antonio Cortez Moraes

UGT– Miguel Salaberry Filho

CNPA - Daniel Alves Burle

Representação dos empregadores

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNM – Cristina Aguiar Ferreira da Silva

CNA – Frederico Toledo Melo

Convidados

Ubiramar Mendonça (DATAPREV)

Charleson Alves dos Santos - Polícia Rodoviária Estadual

Luiz Otavio Maciel Miranda – Ministério da Saúde

Cheila Marina de Lima – Ministério da Saúde

Ana Paula Tomazzetti – CNC

Lester Ribeiro – BMG/ABBC

Talita Lorena – ASCOM/MPS

Ausências

- MPS - Garibaldi Alves Filho (Ministro)
- MPS – Carlos Eduardo Gabas
- INSS - Lindolfo Neto de Oliveira Sales
- INSS - Benedito Adalberto Brunca
- MPS – Rogério Nagamine Costanzi
- SPPC - Jaime Mariz de Faria Júnior
- SRFB – Daniel Belmiro Fontes
- MP – Rodrigo Antunes de Carvalho
- IPEA – Marcelo Abi-Ramia Caetano
- MF - Adriana Arruda Pessoa Moreira
- MF – Jeferson Luiz Bittencourt
- COBAP – Moacir Meirelles de Oliveira
- COBAP - Silberto Raimundo da Silva
- CONTAG - Jose Wilson de Souza Gonçalves
- CONTAG – Evandro José Morello
- SINDAP - Oswaldo Lourenço
- SIDNAPI - Paulo José Zanetti
- CNT Nicole Goulart
- CUT – Valeir Ertle

- CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria
- CNC – Laércio José de Oliveira

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, Excelentíssimo Senhor Leonardo Jose Rolim (MPS) abriu a 201ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Presidente cumprimentou a todos os presentes e, em seguida, colocou em apreciação o Item “Aprovação da Ata da 200ª Reunião Ordinária do CNPS”, realizada no dia 28 de Novembro de 2013. Dispensada a sua leitura e não havendo quem desejasse fazer uso da palavra, a Ata foi submetida aos senhores conselheiros, em regime de votação, sendo aprovada por unanimidade dos presentes. Na continuidade, o Sr. Presidente deu posse e boas vindas ao novo conselheiro suplente, o Sr. Daniel Alves Burle, representante da Confederação Nacional dos Pescadores. Atendendo solicitação dos conselheiros: Luiz Adalberto da Silva (COBAP) e Mauricio Oliveira (COBAP) que solicitaram inversão de pauta, ou seja, os informes devem ser apreciados antes da Ordem do Dia. Após anuência do Plenário, a pauta foi invertida.

III – ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente deu seqüência ao próximo item da pauta, logo, “Impactos dos Acidentes de Trânsito na Previdência”. Ele fez uma breve contextualização acerca do tema e disse que a Previdência não tem dados precisos sobre o impacto dos acidentes de trânsito, por esse motivo, há uma propositura de implantar um indicador específico e, assim, ter informações concretas do por que do afastamento por auxílio doença ou a perda de funcionalidade. A falha na ausência de informação não permite acompanhar o quanto os acidentes de trânsito têm sido responsáveis pelo aumento das despesas da Previdência e, esse fato gera

dificuldade de buscar a recuperação dos valores que foram pagos em função de acidentes de trânsito quando há um culpado nesse acidente. A partir de 2011 iniciou-se um trabalho, primeiro, de estimar os impactos; segundo, de ter melhores informações; e, terceiro, de procurar medidas para reduzir as despesas com acidentes de trânsito. A seguir, apresentou: Dados pesquisados pela Seguradora Líder DPVAT por Mortes e Invalidez no Trânsito; A quantidade de indenizações pagas nos anos de 2010 a 2013; a evolução da quantidade de indenizações pagas de 2010 a 2011; 2011 a 2012; Quantitativo de indenizações por morte e invalidez permanente para a faixa etária de 18 a 64 anos para o ano de 2011; Indenizações pagas por morte por faixa etária e tipo de vítima em 2012; Indenizações pagas por morte por faixa etária e tipo de veículo; Quantidade de Acidentes de Trabalho Total e Trajeto por faixa Etária; Estimativa de custo dos Acidentes de Trânsito no RGPS. Além disso, destacou: Ações em curso para redução de despesas do RGPS com acidentes de trânsito: As Ações regressivas; Termos de cooperação com Seguradora Líder, Denatran, Polícia Rodoviária Federal e Ministério da Saúde para troca de informações sobre acidentes de trânsito; Reabilitação integral de acidentados; Participação do MPS e INSS no Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e no Comitê Nacional de Trânsito; Participação no programa Vida no Trânsito e outras ações de prevenção de acidentes. Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para considerações do Pleno. O Sr. Mário Sérgio Rodrigues da Conceição (SINTAPI/CUT) fez uso da palavra para opinar a respeito da matéria em questão. Ele disse que entende como prevenção, a criação por parte do governo de algum projeto na hora que o cidadão fosse comprar uma motocicleta. Ele explicou em detalhes a sua opinião e procedeu a seguinte leitura de sugestão de texto para ser incluído em algum projeto que venha a ser criado: “1. Sobre a venda de motocicleta. O governo ou as revendedoras deveria cobrar dos proprietários os seguintes documentos para compra de uma moto: 1º) a idade de 20 anos com 2 anos de habilitação; 2º) um seguro de vida própria; 3º) plano de saúde com 2 anos; 4º) apresentação de todos os itens, ou seja, bota, capacete, óculos; 5º) apresentação de curso de pilotagem de motocicleta com duração de

três meses. Esse seria o básico para começar a conversar a respeito de enxugar essa situação". O Sr. Charleson Alves dos Santos (Polícia Rodoviária Estadual) manifestou opinião a respeito da sugestão dada pelo conselheiro Mário Sérgio Rodrigues da Conceição (SINTAPI/CUT), ele enfatizou que essa situação se resolve em 30% a 40% se fosse regularizada a situação dos ciclomotores, motocicletas até 50 cilindradas, porque hoje quem tem que fazer emplacamento, a questão da documentação do ciclomotor são os municípios e eles não regulamentam e dessa forma, não tem como notificar um ciclomotor. Em Natal, no Rio Grande do Norte, quem tem que fazer a regulamentação dos ciclomotores são as prefeituras, elas não fazem, o que gera uma situação de desconforto com os motoristas que possuem ciclomotores, pois eles não sabem onde fazer o emplacamento. O ideal seria que o Estado e o DETRAN fossem os responsáveis pelo emplacamento desses veículos. Diante do exposto, o Sr. Antonio Cortez Morais (Força Sindical) opinou que esse é um problema cultural, primeiro lugar, precisa-se trabalhar as informações técnica de quantidade de acidentes e as implicações. O Sr. Mauricio Oliveira (COBAP) sugeriu que fosse criada alguma espécie de cartilha previdenciária e de segurança no trânsito para distribuir para todas as pessoas que compram moto. Após algumas considerações, o Sr. Presidente passou a palavra ao Capitão Charleson Alves dos Santos (Polícia Rodoviária Estadual/RN) para que ele relatasse a experiência vivenciada no Estado do Rio Grande do Norte em relação ao tema in loco. Iniciando sua apresentação, o Capitão Charleson Alves dos Santos s (Polícia Rodoviária Estadual/RN) saudou os presentes, agradeceu o convite recebido pelo Sr. Leonardo Rolim (MPS) para se fazer presente nesse Pleno e, assim, relatar acerca do PROJETO OPT – Operação de Pacificação no Trânsito no interior do Rio Grande do Norte. Ele mostrou todas as áreas de atuação operacional do 5º DPRE de Nova Cruz, municípios, habitantes e seus respectivos comandantes. O Projeto OPT tem a seguinte justificativa: Segundo o Ministério da Saúde, em 2010, o número de mortes por esse tipo de acidente chegou a quase 43 mil, sendo que em sua maioria envolve pessoas em plena capacidade produtiva, com idades

entre 18 a 40 anos (DNIT). Número de internações diretamente relacionadas com a violência no trânsito, de acordo com o SUS, em 2011, chegou a cerca de 155 mil internações em hospitais da rede pública. No Estado do Rio Grande do Norte, nesse mesmo ano, foram realizadas 3.032 internações, um custo de aproximadamente R\$ 3,2 milhões aos cofres públicos. Ainda, no Rio Grande do Norte, em 2010, o número de vítimas fatais em acidentes de trânsito chegou a 652, sendo que em motocicletas foram, 257 vítimas fatais. De acordo com a Seguradora Líder administradora do Seguro DPVAT, os números são ainda mais estarrecedores. As indenizações por mortes no trânsito cresceu de 50.780 em 2010 para 60.752 em 2012, sendo que 39% desses óbitos se deram em virtude de sinistros com motocicletas. Ainda mais alarmante foi o crescimento das indenizações pagas por invalidez permanente, que saltou de 151.558 em 2010 para 352.495 em 2012, representando um aumento de 132% em apenas dois anos. Desse total, 74% foram em acidentes de motocicletas. A região em que ocorreram mais acidentes com invalidez permanente foi o Nordeste, com 31% do total. Nesta região, o percentual de invalidez causadas por acidentes de motos foi ainda maior que o nacional, chegando a 80%. Portanto, cerca de 87 mil pessoas ficaram invalidas no Nordeste em 2012, por acidentes com motocicletas. Este projeto tem grande relevância social, buscando reduzir em 70% o número de acidentes de trânsito envolvendo motociclistas. O foco é o conjunto dos 31 (trinta e um) municípios que compõem a área do 5º DPRE, por ordem de prioridades, a partir de dados obtidos através de hospitais, postos de saúde e setor de tráfego do Distrito de Trânsito, buscando: Desenvolver nas pessoas a capacidade de reconhecer as causas da violência no trânsito, afim de que possam se sensibilizar e se mobilizar, assumindo a sua responsabilidade pessoal no que diz respeito a esse problema; Mostrar à população a gravidade dos acidentes de trânsito e suas conseqüências no âmbito familiar; Fortalecer as ações educativas para a construção de uma cultura de educação no trânsito na região agreste; Desenvolver ações que visem aproximar a polícia de trânsito da população em geral; e Reduzir o número de acidentes de trânsito com motocicletas, e com isso,

melhorar a qualidade do atendimento nos hospitais da rede pública, dos municípios envolvidos no projeto. Feitas essas considerações iniciais, ele falou das 5 etapas do Projeto: Objetivos, Descrição das atividades e tempo; Programa das ações educativas; realizações das ações, principalmente no que se refere à fiscalização do trânsito; manter a fiscalização viária, acompanhar as estatísticas de acidente de trânsito no local da ação após o evento. A seguir, ele expôs o cronograma de atividades mensais e as metas que tem como objetivos: Reduzir em 70% o número de acidentes, envolvendo motociclista, na área de atuação do 5º Distrito de Polícia Rodoviária Estadual; Atingir em dez meses, os 31 (trinta e um municípios) da Região Agreste e Trairi que compõem a área do 5º DPRE; Criar o Esquadrão Águia, com 20 motocicletas, para desenvolver operações e manter a fiscalização das cidades beneficiadas com o Projeto OPT; Reestruturar o Núcleo de Operações Rodoviárias Estaduais, para atuar, diretamente, nas rodovias que ligam os municípios envolvidos no Projeto; Melhorar as condições do setor de tráfego, possibilitando a melhor coleta dos dados extraídos dos Boletins de Acidentes de Trânsito - BOAT, procurando dirimir possíveis falhas; Desenvolver ações de educação para o trânsito junto a escolas municipais, estaduais e federais, orientando os futuros condutores de motocicletas. Além disso, ele falou das restrições encontradas, tais como: Administrativa; Pessoal; Tempo e Orçamentária; Resultados alcançados: A implementação do projeto OPT no primeiro semestre de 2013, de forma experimental, em 03 (três) municípios da área de atuação do 5º DPRE, quais sejam: Santo Antônio, Brejinho e Arês, repercutiu na estatística de toda área, pode-se notar que: O número total de acidentes (carro e motocicletas) com vítimas que sofreram algum tipo de lesão caiu, em relação ao ano anterior, de 522 acidentes em 2012 para 453 em 2013, ou seja, redução de 14% no número total de acidentes com vítimas; O número de pessoas que se envolveram em acidentes e tiveram lesões de proporções leves, médias ou graves, nesse período, teve uma redução de 33%, caindo de 305 acidentes em 2012 para 204 em 2013; O número de acidentes com vítimas fatais, em toda a área do 5º DPRE, teve uma elevação de 25%, saltando de 26 acidentes

em 2012, para 35 no mesmo período de 2013, isso se dá, principalmente, devido à falta do uso do capacete, portanto, qualquer acidente pode ser fatal. Também falou dos Acidentes de Trânsito na Área do 5º DPRE 2012/2013, ressaltou, que apesar do projeto ter se desenvolvido, apenas em três municípios, teve influência nas demais cidades da região. Por fim, ele mostrou os números de acidente com vítimas fatais na área do 1º GP/5º DPRE e acidente com motocicletas na área de implantação do projeto e os resultados esperados, logo, reduzir o número de acidentes de trânsito, envolvendo motociclistas, na área de atuação do 5º DPRE, em 70%. Por fim, agradeceu a oportunidade de apresentar o Projeto OPT ao CNPS e colocou-se a disposição para eventuais dúvidas. Concluído esse ponto, o Sr. Presidente, primeiro, parabenizou o trabalho apresentado, pois mostra que é possível reduzir os acidentes de trânsito sem custo algum, contudo, é preciso buscar iniciativas como as apresentadas para reduzir os acidentes e, assim, as despesas da Previdência serão menores. Franqueada a palavra, manifestaram-se os senhores: Luiz Adalberto da Silva (COBAP); Mauricio Oliveira (COBAP) e Frederico Toledo Melo (CNA). Em seguida, fez uso da palavra, o representante do Ministério da Saúde, o Sr. Luiz Otávio para informar que o registro de veículo só existe na forma que o DETRAN faz, o ciclomotor é veículo a ser registrado, basta que haja um pouquinho de compreensão entre o estado e município para ser registrado, se houver vontade política do Departamento de Trânsito e do órgão municipal daquela cidade registra-se e se acaba com esse problema, esse é o entendimento do Conselho Nacional de Trânsito: O registro é feito pelo DETRAN, não existe outro, todavia, existem tentativas diversas de alterar o Código suprimindo essa previsão legal de que a responsabilidade não seja mais do município, isso não resolve absolutamente nada porque só existe, uma forma de registrar o veículo junto ao DETRAN, logo, a sociedade tem que cobrar isso da prefeitura. Segundo ponto, só existem dois documentos de habilitação, a permissão para dirigir e a carteira de habilitação, a autorização para conduzir ciclomotores é o maior equívoco cometido pelo Conselho que ele representa, o Conselho instituiu isso em 2004 e é uma figura nula, para conduzir veículo de

duas, três rodas no país chama-se Permissão para Dirigir, nada mais do que isso. Assim sendo, em cima das questões levantadas sobre regulamentação, a questão da categoria, só existe a categoria A, conforme artigo 145 do Código de Trânsito. A seguir, ele disse que o Conselho Nacional de Trânsito está aguardando que o Legislativo inclua com prioridade a alteração desse artigo que equipara esses veículos e, dessa forma, permitir ao país modificar as categorias para motocicleta de maiores cilindradas, por exemplo. Na seqüência, ele se colocou a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários. Feitos esses esclarecimentos iniciais, ele abordou o “Projeto Vida no Trânsito”, o referido Projeto é uma iniciativa que conta com o apoio do seu Colegiado e nasceu sob a coordenação do Ministério da Saúde e da iniciativa para dez países apoiada pela Organização Mundial da Saúde com apoio financeiro da Bloomberg Philanthropies que financia diversos programas mundiais e eles decidiram financiar uma ação focada de curto prazo, cinco anos, o horizonte é agora 2014 em dez países, justamente no início da década de ações pela segurança no trânsito proclamado pelas Nações Unidas em 2010, 2011 e 2020 é o período da década. O Brasil não foi selecionado porque quis ou pleiteou esse projeto piloto, o indicador para isso foi o informe mundial publicado em 2009 que dava como diagnóstico com mortalidade naquela oportunidade que desses países o Brasil era um dos que apresentavam maior número de óbitos e somado com mais nove países fazem parte desse grupo que a intervenção foi proposta, Brasil, Índia, China, Vietnã, Camboja, Rússia, Egito, Quênia, na África, e Turquia, na Europa. Esses países tiveram a intervenção proposta para os seus governos e cada Ministério liderou essa interlocução no Brasil e no México, por exemplo, que são os dois da América Latina, a interlocução foi direta com o Ministério da Saúde. A proposta era muito objetiva, “o que vocês vão fazer em cinco anos para intervir num país em duas cidades como piloto em cima dos cinco fatores de risco apontados pelas Nações Unidas como determinante para essa mortalidade”. Os cinco fatores de risco são: não uso do capacete, do cinto de segurança, da cadeira para crianças, beber e dirigir, velocidade”. Esses cinco fatores foram objetivamente destacados e está na

Resolução das Nações Unidas, os países devem pelo menos em cima disso com próprio objetivo reduzir o número de mortes e de feridos graves em cinco anos. O Ministério da Saúde fez uma contraproposta que não queria duas cidades, mas sim uma divisão de pelo menos uma por região e com os dados de mortalidade da época 2010, o projeto foi lançado oficialmente em junho de 2010 e as intervenções seriam como piloto em Palmas, na região norte, Teresina, Campo Grande, Curitiba e Belo Horizonte, são essas as cidades piloto. Os resultados dos dois primeiros anos de intervenção estão já com efetividade demonstrada, publicada na Revista de Epidemiologia da Secretaria de Saúde disponível no site do Ministério, pela primeira vez há um diagnóstico dos resultados efetivos da intervenção nas cinco capitais e em 2011, 2012 e agora 2013 ratificando esse compromisso o Ministro decidiu assumir isso como liderança da pasta da Saúde juntamente com uma comissão interministerial da qual o Ministério da Previdência faz parte e outros Ministérios como, por exemplo, Justiça, Cidades, Transportes, a própria Casa Civil. O Ministério resolveu dar um incentivo financeiro através do Fundo Nacional de Saúde estadual e municipal na área de vigilância e saúde incentivando que as demais cidades além das cinco passassem a desenvolver a mesma estratégia, um plano de ação focado em dois fatores de risco dos cinco o Brasil selecionou álcool, direção e velocidade, a Turquia, cinto de segurança e beber e dirigir, cada um selecionou dois fatores dos cinco mencionados e com uma ação intersetorial ampla correspondente a melhor necessidade e desejo do país se intervir. Concluída a apresentação, o Sr. Miguel Salaberry Filho (UGT) fez uso da palavra para sugerir que o Ministério da Previdência através do Sr. Ministro Garibaldi Alves Filho elabore uma proposta sobre as causas impactantes na Previdência, no que se refere às questões postas pelos palestrantes, visto que, há interesse por parte deste Pleno fazer leis, elaborar propostas de Projetos para o tema em questão, porém, há o dificultador chamado orçamento. Ele foi contundente ao afirmar: “O Ministro da Previdência tem que ter ação política no sentido de que todos esses problemas que foram relatados aqui que estão acontecendo no trânsito nós temos que mostrar que isso está impactando no orçamento nosso

aqui da Previdência, da aposentadoria, do seguro que estamos pagando". O Sr. Antonio Cortez Morais (Força Sindical) lembrou que fazer ação preventiva ainda é mais barato do que fazer ação decorativa e em sua opinião o assunto em destaque é muito técnico, polêmico, tem conotação política, econômica e social, portanto, ele deve voltar a fazer parte da pauta da reunião desse Conselho no ano de 2014. Dito isso, ele desejou a todos um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. Em seguida, o Sr. Leonardo Rolim (MPS) parabenizou o Capitão Charleson Alves dos Santos pelo trabalho apresentado.

IV - INFORMES

O primeiro informe do dia "Pesquisa CNT de Rodovias – Aspectos Previdenciários", ele foi retirado de pauta, em virtude da ausência da relatora, a Sra. Nicole Goulart (CNT). O informe II e III, "Conselho Nacional de Seguridade Social e Andamento da Minuta do Anteprojeto de Lei que Altera Composição do CNPS", eles foram relatados pelo Sr. Leonardo Jose Rolim (MPS), o qual apresentou, para conhecimento do Pleno todo o processo de negociação dos aposentados em relação ao primeiro Informe. Ele afirmou ainda, que o Ministério da Previdência entende que a recriação desse Conselho é importante. Em diálogo com outros Ministérios que não fazem formalmente parte da Seguridade Social, mas que são responsáveis por políticas na área de Seguridade Social, eles entendem a necessidade de recriar o citado Conselho, contudo, ele deve vir com novo conceito e não com o que estava previsto na década de 90, logo, a idéia é de esse Conselho ser um Conselho que discuta a integração das políticas da Seguridade Social na íntegra. Ele também falou do novo desenho desse Conselho, ele terá cinco bancadas, quais sejam: Governo, Trabalhadores; Empregadores; Aposentados e Sociedade Civil. Além disso, ele informou que o texto da Minuta do Projeto de Lei foi analisado e aprovado durante reunião com os Setores de Aposentados e Pensionistas e, ainda, foi utilizado como base, o texto da composição do CNPS. As referidas Minutas já passaram pela análise do

jurídico do MPS e deverá ser encaminhada a Casa Civil para apreciação e deliberação. Ele destacou que o ideal é que seja aprovada como Medida Provisória, objetivando instalar o Conselho de Seguridade Social o mais breve possível, pois assim sendo, não é uma decisão do Ministério da Previdência e, sim da Casa Civil. O Ministro Garibaldi Alves Filho (MPS) é adepto a Medida Provisória, portanto, há de convencer a Casa Civil da importância das Minutas serem encaminhadas pela Medida Provisória e, assim, entrar em vigor no ano de 2014 com a alteração no CNPS e com a instalação do Conselho Nacional de Seguridade Social. Por fim, ele afirmou que o MPS vai trabalhar no Congresso para que o Projeto de Lei seja aprovado com maior rapidez possível. Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para considerações do Pleno. A Sra. Cristina Aguiar Ferreira da Silva (CNM) questionou se já há algum consenso de como vão ser definidas as representações do Conselho de Seguridade Social, ou seja, elas serão definidas por Decreto? O Sr. Presidente respondeu: “O detalhamento de como seria a representação ficaria para o Decreto, por conta das discussões no âmbito deste Pleno, não seria adequado entrar no detalhamento da lei, porque havendo uma mudança, daria mais trabalho para alterar”. O Sr. Luiz Adalberto da Silva (COBAP), primeiro, deu as boas vindas ao novo conselheiro, em seguida, parabenizou o Sr. Presidente pelo trabalho desenvolvido em relação à recriação do Conselho de Seguridade Social, visto que, esse fato era uma demanda primordial dos aposentados, pois só assim será possível colocar as demandas deles. Por fim, ele externou o desejo que a Minuta seja aprovada por Medida Provisória e, ainda, o mais importante foi ter sido contemplado com um Conselho Quadripartite. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbush (CNI) informou que a Minuta do Conselho Nacional de Seguridade Social foi submetida à apreciação no Conselho da Confederação Nacional da Indústria, esse Conselho trata de relações de trabalho e também as discussões temáticas da saúde e segurança do trabalho, discussão da previdência e todos os demais assuntos correlatos ao mundo do trabalho. A seguir, ele fez o seguinte pronunciamento: “Na análise do referido Conselho, os conselheiros da CNI colocaram algumas preocupações em relação

ao processo do Conselho Nacional de Seguridade Social, um dos aspectos que colocaram como preocupação se de repente não pode haver uma confusão, uma sobreposição entre o Conselho Nacional de Previdência Social que é deliberativo por um Conselho que é consultivo que é o de Seguridade Social que tem um propósito nobre de buscar fazer a integração, de buscar as várias temáticas, mas a dúvida foi até que ponto a gente vai ser dinâmico nesse processo e manter muito claro o papel não só do CNPS, mas com o papel dos demais Conselhos, aqui tem um conjunto de Conselhos vinculados que são deliberativos com Conselhos que são consultivos, existe um desafio nesse processo então a primeira preocupação deles foi nesse sentido, como ficaria essa sobreposição até porque a gente está tratando da discussão toda de seguridade social que pega três grandes áreas e você tem uma área toda específica principalmente por um dos objetivos aqui que é a questão da saúde e segurança do trabalhador que você entra em algumas instâncias também tripartites e outras a própria CTPP no Ministério do Trabalho que discute a questão das NR's, você tem a discussão no próprio CNPS, como o próprio secretário colocou a questão da reabilitação que não é só previdência, envolve outras áreas, uma preocupação nesse sentido de integração e a outra foi, se é um Conselho para buscar a integração ficou um pouco confuso inclusive está chamando membros do governo e não está necessariamente chamando membros de um Conselho para participar e sim um membro... ficou um pouco na dúvida em relação a esse processo, não contra a questão de chamar a sociedade civil, não é isso, mas está chamando a sociedade civil e não o Conselho dos demais que estão listados aqui a participarem, ficou um pouco na dúvida essa amarração como seria feito isso que na verdade a amarração acabaria sendo feito pelo governo, você teria na prática um membro do governo, dos Ministérios aqui que se está chamando, eu acho que duas bancadas importantes que são dos empregadores e dos trabalhadores, são bancadas importantes, entra a outra bancada que também é relevante na questão da previdência e seguridade que é a questão dos aposentados, aí você fecha bem a estrutura toda de representação, representação mais clássica, mais usual em

várias instâncias tripartites ou quadripartites em vários Conselhos aqui do Brasil como um todo e aí você chamar a sociedade civil por meio de um Conselho você vai estar chamando a sociedade civil e não aquele Conselho para discutir, isso para nós ficou um pouco confuso isso, se essa pessoa vai estar na representação do Conselho falando em nome do Conselho, os demais estão listados aqui ou seria aquela pessoa falando daquela bancada da sociedade civil dentro daquele Conselho, aí foi um ponto que surgiu um segundo aspecto, surgiu uma dúvida em relação a isso. Outra foi a própria questão da periodicidade dos debates, está programado de forma bimestral, se é um Conselho que está buscando integrar todo esse processo se haveria realmente a necessidade de ser de forma bimestral, se não poderia ser feito trimestral ou até quadrimestral para ter uma forma de acompanhamento do processo porque às vezes você fazer uma discussão de política e implementação a gente sabe que não é algo muito rápido, até pode criar uma situação que é a pauta do próprio desse Conselho acaba ficando esvaziado ou tendo um dificuldade que se é de periódica, se é bimestral, foi outra dúvida que foi colocada em relação à própria composição do Conselho nesse sentido. Esses três pontos que chamaram a atenção dos nossos conselheiros no caso da CNI especificamente para que a gente possa ter efetivamente uma instância que possa realmente integrar o processo. Outro aspecto que para nós é importante estar discutindo é um pouco às vezes a expressão que você fala saúde e segurança do trabalhador, você não está olhando a questão do trabalho, em outras instâncias do governo do Ministério do Trabalho, o Plano Nacional da Saúde e Segurança a gente acabou usando a expressão no trabalho, do trabalho e não especificamente de um dos agentes porque não é um agente sozinho, tem outros agentes que compõem a discussão toda. Se você buscar uma integração você está buscando o lado produtivo com o lado do trabalhador mais especificamente na situação em relação da empresa com o empregado nesse caso, uma situação que é usada hoje na CLT, esse foi um quarto ponto que a gente ter efetividade para realmente, a própria CNI olha, esse aqui é um Conselho que tem um caminho interessante que a entidade

participa e assim a gente só nas instâncias e saúde de segurança do trabalho, vamos colocar assim, a CNI tem representação em mais de cem assentos que a gente atua, aí você tem um Conselho estratégico como esse se não for muito bem posicionado ele pode acabar cometendo um equívoco ou ter o mesmo destino que teve outro que não conseguiu avançar nas políticas, claro que o cenário hoje é diferente, mas está muito mais consolidado os Conselho e instâncias, participação, está se amarrando muito melhor os processos no país, a nossa dúvida foi nesse sentido, essa preocupação que o Conselho seja efetivo para que a gente possa atuar de forma positiva nesse processo, está muito claro qual é o objetivo e a forma que ele vai integrar todas as políticas”. O Sr. Leonardo Rolim (MPS) disse que em relação ao último ponto, ele iria verificar se ainda não foi lançado no sistema e a correção sugerida é oportuna. Quanto à preocupação em relação à representação, ele opinou que só a prática vai mostrar se aquela pessoa escolhida pelo Conselho vai estar representando a visão da sociedade civil naquele Conselho ou a sua própria instituição. Concluído esse ponto, passou-se para o informe IV – I Conferência Nacional da Previdência Social. Sobre a matéria em questão, o Sr. Presidente disse que após aprovação da Conferência Nacional de Previdência Social, constatou-se que a maioria dos Conselhos de Previdência Social, a maior parte deles estava inoperante ou quase inoperante, por esse motivo, a Conferência Nacional foi adiada, visto que é imprescindível primeiro fazer um trabalho de mobilização dos Conselhos e esse trabalho já está sendo feito, através do seu Chefe de Gabinete que tem coordenado junto aos Superintendentes do INSS um trabalho de mobilização dos Conselhos. O Sr. Presidente comprometeu-se em trazer na próxima reunião, o novo quadro de como estão os Conselhos atualmente. Ele falou ainda da capacitação dos conselheiros, mas em função do contingenciamento, foi preciso cortar os recursos para capacitação, todavia, ele espera fazer essa ação em 2014 e, assim, motivar os conselheiros e também melhorar a qualidade das reuniões dos Conselhos e após essas ações, nova data da Conferência Nacional será agendada. A priori a posição do MPS, é realizar as Conferências regionais no final de 2014 após as

eleições ou no início de 2015 e ainda, no primeiro semestre de 2015, realizar a Conferência Nacional. A nova propositura do novo calendário da I Conferência Nacional incidirá em uma nova avaliação a ser apresentada neste Pleno no início de 2014 para deliberação. Concluído os informes, a palavra foi franqueada para as devidas contribuições. Manifestaram-se os senhores: Mauricio Oliveira (COBAP); Rafael Ernesto Kieckbush (CNI) e Cristina Aguiar Ferreira da Silva (CNM).

V – OUTROS ASSUNTOS

O Sr. Presidente colocou para aprovação a Minuta do cronograma de reuniões. Ela foi aprovada com alteração sugerida pelo conselheiro Frederico Toledo Melo (CNA). Ele sugeriu alteração nas datas das reuniões dos meses novembro e dezembro. Onde se lia: 27 de novembro, deve ser lido: 20 de novembro; Onde se lia: 18 de dezembro, deve ser lido: 11 de dezembro. A referida proposta de alteração foi aprovada por unanimidade dos presentes. Em seguida, o Sr. Presidente definiu junto com os conselheiros a composição de pauta para a próxima reunião deste Conselho, ficando assim definida: i) Regulamentação Lei Complementar 142; ii) Acidentes de trânsito; iii) Balanço anual do INSS; iv) A 202ª Reunião Ordinária será realizada no dia 27/02/2014.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 201ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Leonardo Jose Rolim (MPS) lavrei a presente Ata.

Brasília, 19 de Dezembro de 2013.